

Copyright (c) 2023 Raphael Diego Greenhalgh



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Fonte:

<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/203824>. Acesso em: 26 set. 2023.

Referência

GREENHALGH, R. D. As restrições à circulação da imprensa alternativa e dos jornais estudantis em Brasília durante a ditadura militar (1964-1985). **Revista Alterjor**, São Paulo, ano 13, v. 1, ed. 27, p. 146-164, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v27i1p146-164>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/203824>. Acesso em: 26 set. 2023.



AS RESTRIÇÕES À CIRCULAÇÃO DA IMPRENSA ALTERNATIVA E DOS JORNAIS ESTUDANTIS EM BRASÍLIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Raphael Diego Greenhalgh¹

RESUMO: No governo militar, além da censura prévia, existiu também uma repressão difusa aos meios de comunicação, exercida a partir de métodos como: vigilância, perseguição e punição de jornalistas e coação dos veículos da imprensa alternativa a partir de auditorias fiscais e controle de publicidade governamental, entre outros meios. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal: identificar e analisar as formas e os momentos de restrição à circulação da imprensa alternativa e estudantil nacional e local durante a Ditadura Militar. A partir de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, foi realizada uma análise documental dos materiais presentes em arquivos e comissões da verdade. Verificou-se que a imprensa alternativa e estudantil de Brasília entrou no radar da repressão do governo militar e tiveram sua circulação ameaçada por apreensões de exemplares, ataques a vendedores, assim como, a partir da extinção forçada de jornais.

PALAVRAS-CHAVE: *Censura em Brasília. Imprensa alternativa. Jornais estudantis. Ditadura Militar. Liberdade de imprensa.*

ABSTRACT: In the military government, in addition to prior censorship, there was also a diffuse repression of the media, exercised through methods such as: surveillance, persecution and punishment of journalists and coercion of alternative press vehicles through tax audits and government advertising control, among other means. In this context, the present work has as main objective: to identify and analyze the forms and moments of restriction to the circulation of the national and local alternative and student press during the Military Dictatorship. From an exploratory and descriptive research, with a qualitative approach, a documental analysis of the materials present in archives and truth commissions was carried out. It was found that the alternative and student press in Brasília entered the radar of the military government's repression and had its circulation threatened by seizures of copies, attacks on sellers, as well as, from the forced extinction of newspapers.

KEYWORDS: *Censorship in Brasília. Alternative press. Student newspapers. Military Dictatorship. Freedom of the press.*

¹ Pós-doutor em Ciência da Informação (2020) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutorado em CI (2014) pela Universidade de Brasília (UnB) e graduação em Biblioteconomia (2008) também pela UnB. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: obras raras, coleções especiais, segurança contra roubo e furto do patrimônio bibliográfico e documental, seleção de livros raros, história do livro, censura a livros, censura à imprensa, história da censura, censura na Ditadura Militar, colecionismo, ex-líbris e marcas de proveniência. E-mail: raphaeldgbiblio@gmail.com

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 13 - Volume 01 - Edição 27 - Janeiro-Junho de 2023

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

1. Introdução

A imprensa alternativa que surgiu e circulou durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) foi amplamente reprimida e vigiada pelos órgãos de controle do governo. Como estes veículos tinham como uma de suas características principais a oposição ao regime militar, eles tiveram distinção dentro da animosidade difusa que recaía sobre a imprensa.

A produção científica que trata sobre a circulação e produção desta tipologia documental em Brasília é escassa. Por este motivo, o presente trabalho buscou identificar os principais títulos publicados na capital federal e as formas e momentos de repressão que passaram os alternativos brasilienses ou de produção nacional que circulavam nesta cidade.

Para o entendimento das restrições à circulação de veículos da imprensa alternativa e dos jornais estudantis em Brasília durante a Ditadura Militar, foi realizado um estudo exploratório-descritivo. Para além do levantamento bibliográfico realizado, a pesquisa qualitativa foi possível também a partir da análise documental da produção presente no Arquivo Nacional (AN) e no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) e de informações presentes no Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV-UnB).

A documentação analisada permitiu identificar, reunir e ampliar os casos conhecidos sobre os acontecimentos históricos relacionados aos ataques de bombas em bancas de jornais, apreensões de exemplares de jornais alternativos e prisão de seus vendedores, o encerramento de jornal estudantil e incineração destes veículos de comunicação. Assim como, também foi possível observar o incômodo que estes veículos causavam ao governo militar, chegando a figurar em listas de publicações que deveriam passar por auditorias fiscais.

2. Imprensa alternativa e estudantil na Ditadura Militar

A imprensa alternativa na Ditadura Militar compreendia uma série de jornais e revistas que se colocaram contra o governo e como um contraponto à grande imprensa. Para Smith (2000) a grande imprensa era aquela representativa ou majoritária, podendo ser apenas dominante ou mais bem-sucedida comercialmente. Enquanto a imprensa alternativa era aquela considerada crítica, também podendo ser apenas não-conformista e idiossincrática. De modo que, não há linguagem politicamente neutra para traçar os limites entre grande imprensa e imprensa alternativa.

Segundo Kucinski (2018) os jornais alternativos deste período podem ser classificados em duas categorias, os predominantemente políticos, com origem na valorização do nacional e popular, vinda dos anos 1950 e também do marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 1960. Ou aqueles que tinham suas raízes na contracultura, propondo ruptura cultural e críticas aos costumes. O autor ainda afirma que os periódicos da imprensa alternativa “tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, 2018, p. 11).

Martins e Luca (2015) reforçam que a imprensa alternativa surge muito antes de 1964, sendo que a própria imprensa brasileira começou com um “alternativo”, o Correio Braziliense de 1808. Para as autoras é importante entender que na história da imprensa nacional, os veículos alternativos são aqueles que se opõe às pretensões hegemônicas de uma imprensa de cunho liberal, ou neoliberal. Contudo, elas reconhecem que na Ditadura Militar é quando este tipo de comunicação ganha força, principalmente diante de uma posição antigovernista generalizada, a partir de uma série de questões que partem da própria redação dos jornais tracionais e de grande circulação, como a privação de espaços para que o jornalista escrevesse o que queria, devido à censura.

Como parte da grande imprensa não fez grandes oposições às restrições impostas pelo governo militar, se submetendo a um “acordo forçado” como chamou Smith (2000), a imprensa alternativa, com sua oposição característica ao governo, teve distinção no tratamento pelo aparelho militar. Kucinski (2018) ressalta que aqueles veículos julgados mais importantes eram submetidos à censura prévia, ou ainda tiveram seus editores encarcerados em diversos momentos, como nos casos do *Pasquim*,

Resistência, Coojornal e Opinião. Quando as articulações da sociedade civil atingiram outro patamar, a partir de 1978, com as greves no ABC paulista e a campanha pela anistia, a imprensa alternativa esteve entre os alvos principais da linha dura, que tentou romper esta organização a partir de métodos terroristas (KUCINSKI, 2018).

No contexto brasiliense, também o movimento estudantil foi duramente reprimido pelo governo militar. A Universidade de Brasília, por exemplo, foi invadida por tropas militares em quatro ocasiões, em 1964, 1965, 1968 e 1971, momentos onde aconteceram diversas prisões e expulsões de professores e alunos. Neste sentido, os jornais produzidos pelos estudantes da capital estavam sob constante vigilância, de modo que figuraram em lista do governo para realização de auditoria contábil, além de um deles ter sido forçado a parar de circular e outro ter tido exemplares apreendidos durante este período. De modo que, por esse motivo, optou-se por destacar essa categoria da imprensa alternativa neste trabalho.

3. Os ataques à imprensa alternativa e aos jornais estudantis produzidos em Brasília

Os jornais alternativos de Brasília durante a Ditadura Militar pertenceram em sua maioria à linha comportamental, sendo representativos do desbunde da época, tendo como principais veículos os jornais *Tribo*, *Ordem do Universo* e *Transe*.

O desbunde foi um estilo de vida fundamentado no reencantamento do mundo pela união de vida e arte. Ligado à tradição de ruptura, tradição que nega a si mesma para perpetuar-se e que remonta às vanguardas e ao romantismo, o desbunde foi uma sucessão, em forma de manifestação e analogia ao romantismo utópico revolucionário libertário. Uma continuidade de sua estrutura de significados e sentimentos e, sobretudo, de sua visão de mundo autocrítica da modernidade. O desbunde foi, também, um reflexo do seu tempo, isto é, inscreveu-se no processo histórico transnacional dos movimentos contraculturais e das transformações políticas, sociais e culturais ocorridas nos anos 1960 e 1970. Herdeiros imediatos da alegoria surrealista da revolta alicerçada na poesia, na liberdade e no amor;

esses movimentos se fundamentaram em um conjunto de ideias underground, em oposição aos sistemas de pensamentos convencionais de até então (LIMA, 2017, p. 173).

Em 1972 apareceu *Tribo*, que tinha formato tabloide, era impresso em *off set* e tinha entre 12 e 16 páginas. Ele teve três edições em periodicidade irregular, com tiragem entre mil e três mil exemplares, misturando elementos da “pouca experiência política estudantil com a forte influência do movimento *hippie* e de contracultura que bate no Brasil nos anos 70” (MANCUSO, 1993, p. 184).

Segundo Kucinski (2018) o *Ordem do Universo* foi o precursor dos jornais ecológicos alternativos do período. Tinha como linha editorial temas até então pouco explorados pela mídia, como macrobiótica, agricultura orgânica, medicina alternativa, ecologia e esoterismo. Surgiu em janeiro de 1975 e teve 23 edições sequenciadas até setembro de 1976, com pico de tiragem em 20 mil exemplares, com distribuição nacional e assinaturas em Portugal (MANCUSO, 1993, p. 189). O mesmo grupo que criou *Ordem do Universo*, após o fim deste, idealizou *Transe*, mantendo o eixo temático do naturalismo e da ecologia. *Transe* teve 20 edições em duas fases, a primeira até o oitavo número, em Brasília, com as demais em São Paulo, tornando-se neste segundo momento uma revista, chegando a 80 mil exemplares de tiragem com distribuição nacional (GURGEL, 2011).

150

O *Cidade Livre* foi um dos jornais alternativos de Brasília que não seguia estritamente a linha existencial, como os outros três já citados. Teve como inspiração o *Coojornal*, de Porto Alegre, reunindo cerca de 60 jornalistas com o ideal de montar uma cooperativa de trabalhadores. Contudo, abandona esse modelo diante das dificuldades legais impostas por aquele momento político. Mancuso (1993, p. 191) mostra que *Cidade Livre* teve “três edições, na plenitude de sua concepção, e sobrevida de mais duas”, com publicação em formato tabloide, contendo entre 24 e 32 páginas. Sobre a publicação, Kucinski (2018, p. 103) afirma que ela apresentava “marca das escolas de jornalismo na forma de reportagens previsíveis sobre prostitutas, o tratamento vanguardista às fotos e às ilustrações, [trazendo] uma certa experimentação”. Era um

jornal com pretensões de se dirigir aos habitantes das cidades-satélites, mas que na verdade era direcionado à classe média, escrito “de forma pesada e até erudita” (KUCINSKI, 2018, p. 103).

A repressão durante o governo militar a estas publicações alternativas de Brasília citadas acima, não foi na mesma intensidade daquela enfrentada pela grande imprensa, condição provavelmente explicada pela efemeridade e baixa tiragem destes jornais e revistas alternativos. Contudo, ainda assim, foram observados alguns casos de perseguição a estes títulos. Há notícia, por exemplo, de controle de publicidade e restrição de locais de vendas em relação a *Tribo*. Um dos responsáveis pela *Tribo*, Gurgel (2011) afirmou que apesar de os organizadores do jornal não terem um esquema profissional para captação de publicidade e da publicação não ser atrativa à propaganda, a Polícia Federal ainda desestimulava as agências que pensavam em anunciar na *Tribo*. O autor também revela que nem todas as bancas queriam vender *Tribo* e que com frequência chegavam ameaças veladas e informações de que os jornalistas estavam sendo monitorados pela polícia.

Apesar dos poucos números de *Cidade Livre*, provavelmente o jornal causou incômodo ao governo a partir de suas publicações. Pois, em estudo feito em cooperação entre o Comando do II Exército, Ministério da Justiça, Polícia Federal e Ministério da Fazenda, *Cidade Livre* passa a figurar em lista de veículos da imprensa que deveriam passar por auditorias contábeis-fiscais. A intenção desses órgãos governamentais era provar que as publicações alternativas eram subsidiadas de forma irregular e fechá-las pelo não cumprimento das determinações legais. Pois, a censura como estava sendo feita, com os cortes nas matérias, não era eficaz, de modo que essa era uma outra forma de impedir a proliferação desse tipo de publicação, mantendo uma aparência de legalidade.

O estudo para a execução de auditorias contábeis-fiscais na imprensa alternativa, iniciou-se em 23 de agosto de 1976, e foi paralisado temporariamente em 01 de agosto de 1977, quando o Ministro da Justiça, Armando Falcão, levou a proposta diretamente

ao Presidente Geisel e o mesmo mandou “aguardar”². Na listagem de veículos que deveriam passar pela auditoria, enviada pelo Departamento de Polícia Federal ao Ministro da Justiça, em 04 de julho de 1977, apareciam nove revistas e 32 jornais, entre os quais figuravam o *Cidade Livre* e os jornais universitários brasilienses *Esquina* e *Campus*. O primeiro do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e o segundo do Laboratório do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Não há na documentação, notícias de que os jornais de Brasília tenham passado por essas auditorias, que foram autorizadas pelo Presidente em 1978, atingindo, por exemplo, as publicações alternativas *Repórter* e *Versus*, como mostra Smith (2000). Neste período, o *Cidade Livre* já não circulava mais.

Ainda no contexto da repressão em relação aos jornais estudantis universitários, verifica-se que além da vigilância, houve também impedimento de circulação. Pois, foram apreendidos cerca de 3 mil exemplares do jornal *Oficina*, ano 1, número 1, em 13 de abril de 1976. A referida publicação foi realizada pelos estudantes da UnB que concorriam às eleições do Diretório Universitário, pela chapa de mesmo nome do veículo, *Oficina*. Este número do jornal não chegou a circular, já que seus exemplares foram apreendidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) quando saíam da gráfica. Os alunos ainda tentaram reivindicar a liberação da publicação com o reitor da universidade, que alegou nada poder fazer, pois a apreensão ocorreu fora do campus³.

Além das já citadas vigilância e repressão sobre os jornais universitários, também o jornal estudantil secundarista *CIEM-te* foi perseguido durante o regime militar. Neste período, o movimento estudantil de Brasília foi duramente reprimido e o Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM) também teve alunos e professores perseguidos, motivo pelo qual o jornal estudantil *CIEM-te* foi proibido de circular. O CIEM foi uma escola integrada à UnB com proposta pedagógica diferenciada e

² *Corpus documental* com todo o processo para auditorias contábeis-fiscais na imprensa alternativa presente no AN com código de referência: BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.649.

³ Notícias sobre esta apreensão podem ser vistas em documentos presentes no AN com código de referência: BR DFANBSB AA1.0.INF.71

humanística. As aspirações de Darci Ribeiro era que a UnB fosse uma grande Faculdade de Educação e para isso os professores deveriam ter formação para todos os graus de ensino. Por isso, o ideal era de que entrassem na UnB, alunos capazes de atender aos anseios de um ensino superior de qualidade.

No Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV-UnB), publicado em setembro de 2015, consta que no início de 1964, antes da queda de João Goulart, foi criado o jornal *CIEM-te*, pelo estudante Aylê-Salassié Quintão, que tinha como objetivo divulgar acontecimentos do CIEM e da UnB, além de tratar de assuntos educacionais e políticos. Se apresentado como uma maneira dos alunos escreverem sobre assuntos diversos, como música, cinema e política, além de espaço para publicarem suas crônicas e poesias.

O jornal ajudou na organização dos estudantes, resultando nas eleições do grêmio estudantil, passando assim a incomodar os dirigentes do estabelecimento e da UnB. Os contatos dos alunos com a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB) eram constantes e vários grupos políticos se formaram a partir dessa relação. Contudo, os responsáveis pelo golpe militar não permitiriam que houvesse mobilização estudantil que pudesse ser o estopim para movimentos subversivos a partir da UnB.

No Relatório do CATMV-UnB consta que o Diretor do CIEM, Prof. José Aloísio Aragão e o seu vice, o padre Marconi Freire Montezuma, convocaram a diretoria do Grêmio para uma reunião em que determinavam que o mesmo deveria ser extinto e que também o jornal *CIEM-te* deveria parar de circular. Houve protesto e lamentações, com muita mobilização do corpo discente e mesmo da FEUB, mas não foram medidas capazes de reverter a situação (COMISSÃO..., 2015).

Os veículos da imprensa alternativa estudantil, “em sua maioria, tratavam de temas políticos e culturais como forma de resistência, buscando organizar ideias que ainda não poderiam ser expressas abertamente” (REIS; MUSSE, 2015, p. 4). Para Amorim e Silva (2016) os estudantes encontraram na imprensa alternativa uma forma de tornar pública suas denúncias e reivindicações em relação às perseguições que

sofriam no ambiente universitário, às políticas educacionais, à censura, entre outros aspectos.

Segundo Müller (2010) reunir-se em torno de um jornal em momentos políticos de repressão pode servir com um meio de estruturação de uma identidade coletiva. Por isso, o impedimento da circulação dos alternativos estudantis, não servia apenas como modo de cerceamento da informação política propagada entre os estudantes, mas também da organização e construção de redes de interação social, que podem se caracterizar como censura comportamental, moral e cultural. A partir das restrições de divulgação e consequentemente da execução de projetos, eventos e produtos literários, artísticos, sociais, etc. destes grupos.

4. Explosões em bancas de jornais

Outra modalidade de perseguição à imprensa alternativa se apresentou na forma de ameaças e explosões em bancas de jornais, que ocorreram por todo o país no início dos anos 1980. O intuito destes atentados era de que estes locais deixassem de comercializar os títulos alternativos, a partir do medo do jornalista de ter seu negócio atacado e destruído.

Na maior parte dos casos, os titulares das bancas ou seus vendedores recebiam cartas datilografadas, contendo chantagens e ameaças para que abandonassem a distribuição de periódicos de oposição como O Pasquim, Coojornal, Repórter, Hora do Povo, Voz da Unidade, Movimento, O Companheiro, O Trabalho, Convergência Socialista, Correio Sindical, Tribuna da Luta Operária, Em Tempo e Jornal do CBA (CHAGAS, 2014, p. 10)

Foram incendiadas, dinamitadas ou no mínimo ameaçadas de explosão, bancas de jornais em ao menos 12 estados brasileiros. Com atentados nas cidades de: Salvador (BA); Brasília (DF); Vitória (ES); Goiânia (GO); Belo Horizonte (MG); Belém (PA); Recife (PE); Curitiba, Londrina (PR); Porto Velho (RO); Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Rosa, Santo Ângelo, Xerém (RS); Ribeirão Preto, Santos, São Paulo (SP); além de Niterói e Rio de Janeiro (RJ).

Segundo Chagas (2014) em Brasília houve explosão na banca Disneylândia, na W3 Sul, em 12 de agosto de 1980. Em pesquisa no Arquivo Nacional foi possível adicionar ao caso apontado por Chagas (2014) outros atentados em Brasília. Foram encontradas notícias de ameaças sofridas por oito bancas ao longo da W3 Sul e do Setor Comercial Sul, e a explosão de artefatos em bancas na plataforma superior da Estação Rodoviária do Plano Piloto e no Lago Norte.

Em documento da Divisão de Informações da SSP-DF, de 15 de agosto de 1980, consta que no dia primeiro daquele mês, oito bancas ao longo da W3 Sul e do Setor Comercial Sul tiveram suas fechaduras coladas e foram ameaçadas de serem fechadas caso continuassem a vender jornais da imprensa alternativa, conforme relato do Presidente do Sindicato dos Jornaleiros do DF. Em bilhetes manuscritos deixado nas bancas, a ameaça era: “Você já recebeu nosso aviso sobre os jornalecos comunistas... Sua fechadura está fechada. Breve sua banca também estará. Falange Pátria Nova”.

O responsável pela banca Disneylândia, da SQS 514, disse ao Correio Braziliense, do dia 03 de agosto de 1980, que as ameaças não o fariam parar de vender jornais alternativos e que o *Pasquim*, *Hora do Povo* e *Movimento* estavam vendendo mais após os bilhetes. Em boletim diário do DOPS-DF consta que outra das bancas que teve obstruída a fechadura com cola, foi a da quadra 507 Sul, onde também se encontrou o bilhete manuscrito com ameaças da Falange Pátria Nova.

Por causa das ameaças, no dia 10 de agosto, na Torre de TV, teve mutirão para venda dos jornais alternativos: *Hora do Povo*, *Tribuna Operária*, *Cuca*, *Movimento*, *Resistência*, entre outros. O intuito do Sindicato dos Jornaleiros era conscientizar a população dos atentados que vinham sofrendo as bancas e pedir apoio em defesa da imprensa livre⁴.

No dia 12 de agosto de 1980, a explosão de um petardo na banca Disneylândia quebrou dois vidros, espalhando e danificando diversas publicações daquele local.

⁴ Boletim diário do DOPS presente no AN com código de referência: BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.197

Contudo, em documento do SNI, de 14 de agosto de 1980, foi relatado que os danos tinham sido pequenos e que a banca voltou a funcionar normalmente no mesmo dia do atentado. O responsável pela banca disse ao Jornal de Brasília, de 13 de agosto de 1980, que “apesar de ele ter declarado recentemente à imprensa que não se intimidaria com qualquer tipo de ameaça, diante dos novos acontecimentos, ‘sou obrigado a reconsiderar’”.

Os criminosos deixaram um bilhete manuscrito com os dizeres “Nós alertamos 08 (oito) bancas no dia 1/08/80. Você não ligou. Lamentamos atingir os donos de bancas quando os grandes culpados são os editores e distribuidores. Mas você ficou solidário com eles e merece pagar. Ainda queremos evitar prejuízos maiores. E, portanto, um segundo aviso, um pouco mais enérgico. Para você, não haverá outros avisos. Falange Pátria Nova”, conforme consta no documento da SSP-DF.⁵

No dia 22 de agosto de 1980, a banca de jornais da plataforma superior da Estação Rodoviária de Brasília também foi parcialmente danificada pela explosão de um petardo. Assim como no caso da banca Disneylândia, o atentado também foi reivindicado pela Falange Pátria Nova⁶. A proprietária da banca disse que vinha recebendo ligações com ameaças desde o dia 19 daquele mesmo mês, com o objetivo de que parasse de vender jornais da imprensa alternativa e revistas pornográficas. Apesar do prejuízo, a proprietária da banca alegou que não seria intimidada a deixar de vender o material⁷.

Outro atentado à banca, ocorreu no mercado da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) do Lago Norte. No dia 30 de maio de 1981, a banca de jornais foi

⁵ Documento da SSP-DF, do SNI, bilhetes manuscritos e matérias de jornais fazem parte de *corpus* documental presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80009728

⁶ Informação presente em documento do SNI, de 23 jan. 1984, sobre Atos terroristas ocorridos na América do Sul, disponível no AN com o código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84039590

⁷ Também consta dos Boletins diários do DOPS presentes no AN com código de referência: BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.197

invadida por três homens armados com revólveres, que imobilizaram o vigia e lhe tiraram a roupa, incendiando estas vestes sobre jornais e revistas⁸.

O impacto gerado pelos atentados à bomba em banca de jornais foi tamanho que obrigou alguns títulos da imprensa alternativa a reduzirem sua produção pela metade e alterar as estratégias de venda, conforme mostra Chagas (2014). O autor ainda ressalta que os atentados eram claro recado dos extremistas de que não tolerariam a cumplicidade dos jornaleiros com os veículos de esquerda. Visto que, muitos destes veículos não tinham um esquema de distribuição de exemplares diretamente às bancas, de modo que o processo se tornava custoso e voluntarioso, já que obrigava o jornaleiro a se dirigir à central de distribuição para retirá-los (CHAGAS, 2014).

No contexto brasileiro, verifica-se que os atentados a bomba nas bancas de jornais tiveram impacto direto na circulação de títulos da imprensa alternativa. Tanto dissuadindo os vendedores a comercializarem este tipo de veículo, como no caso da Banca Disneylândia, quanto na imposição de novas formas de distribuição, obrigando que a venda fosse de mão em mão, na clandestinidade, sendo muitas vezes apreendidos neste processo, como pode ser visto a seguir.

5. Apreensões de exemplares da imprensa alternativa que circulavam em Brasília

Estar de posse de exemplares da imprensa alternativa podia servir de elemento comprobatório de subversão dos leitores deste tipo de material, como é possível ver no caso apresentado por Greenhalgh (2020), em que, no ano de 1973, quatro apartamentos que funcionavam como repúblicas estudantis nas Asas Sul e Norte do Plano Piloto foram invadidos para prisão de 33 alunos universitários. Entre os materiais apreendidos nestes locais estavam diversos exemplares de veículos da imprensa alternativa, entre eles 122 exemplares do *Opinião*, 37 exemplares do *Pasquim*, 09 exemplares do *Debate*, 20 exemplares do *Politika*. Assim como, foi confiscado também nesta operação um exemplar do jornal alternativo brasileiro *Tribo*. Segundo o relatório do General Olavo Viana Moog sobre este episódio, a apreensão destes exemplares servia para fornecer

⁸ Informação também presente em documento do SNI, de 23 jan. 1984, sobre Atos terroristas ocorridos na América do Sul

“uma melhor compreensão dos reflexos da ação subversiva que vem sendo desenvolvida no meio universitário de BRASÍLIA e, particularmente, na UnB”⁹.

Outra medida que visava o impedimento da circulação da imprensa alternativa em Brasília foi a apreensão de exemplares que eram vendidos de mão em mão. No dia 16 de janeiro de 1981, por determinação do Ministro da Justiça, o DOPS-DF apreendeu 317 exemplares do n. 70 do jornal *Hora do Povo*¹⁰. Na ocasião, na Galeria Goiás do Setor Comercial Sul (SCS) foram presos três estudantes universitários vendendo o referido jornal.

Nas diligências que seguiram para apreensão do referido jornal, apenas na cidade satélite de Taguatinga foram encontrados exemplares, onde na banca n. 17, na quadra CNB 08, lote 06, foram apreendidos dois exemplares, conforme consta no informe n. 86/81 do Serviço de Informações da DPF – Superintendência Regional do DF¹¹. Os estudantes presos no SCS eram: João Maria Moreira da Silva, aluno de Direito na UDF, Carlos Henrique Bernardi Pereira, aluno de Geologia na UnB e Vânia Maria Moreira Otero, aluna de licenciatura em Psicologia na UnB. No informe n. 86/81 também consta que Vânia era membro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)¹² e que ela e seu companheiro, Marco Antonio Vilela dos Santos eram os responsáveis pela sucursal de Brasília do *Hora do Povo*, além de representantes e colaboradores.

⁹ Relatório Especial de Informação Nº 03/73, do Exército, Comando Militar do Planalto, 11ª região e 2ª seção, emitido em 10 de setembro de 1973, presente no AN com código de referência: BR DFANBSB AA1.0.ROS.0033

¹⁰ “Órgão do MR8, que também havia participado da fundação do *Em Tempo*. Participam na política institucional apoiando-se sob o guarda-chuva do PMDB (KUCINSKI, 2018, p. 194)

¹¹ Documento presente no Arquivo Público do Distrito Federal com código de referência: BR DFARPDF SSP INF ENI 0601

¹² “O grupo que até os dias atuais age sob o nome de MR-8 começou a nascer em 1966 como ‘DI da Guanabara’, ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. Apenas em setembro de 1969 a DI apareceu publicamente ostentando o nome de MR-8, com uma linha política claramente diferenciada” (BRASIL, 2007, p. 471-472)

Na declaração que João Maria deu ao DOPS-DF¹³ é possível verificar o clima de repressão que ainda existia no ano em que foi preso, apesar da distensão e abertura que se propunha o regime militar. Ele alegava que vendia o jornal no Setor Comercial Sul e nunca em outras áreas por causa dos policiais que podiam lhe criar problemas, temendo ser preso por vender um jornal que tinha ciência ser de oposição ao governo. Também diz que o jornal não era vendido nas bancas de jornais por medo dos seus proprietários de que ele fosse apreendido.

A *Tribuna da Luta Operária*¹⁴ também teve exemplares apreendidos em duas ocasiões¹⁵, a primeira foi em 18 de julho de 1983. Como consta no Informe n. 615 da Divisão de Informações da SSP-DF, de 01 de dezembro de 1983, diversos elementos foram detidos em frente ao Hospital de Base do DF porque estavam vendendo a *Tribuna da Luta Operária* e também distribuindo um panfleto que convocava os trabalhadores a participarem de uma greve geral com manifestações, que aconteceria no dia 23 daquele mês.

Apolo Viana de Barcelos era o representante da *Tribuna da Luta Operária* em Brasília em julho de 1983 e quando soube da prisão dos vendedores dos jornais foi até a delegacia onde se encontravam. Em sua declaração à Polícia Civil disse que o jornal era rodado em São Paulo, na Editora Anita Garibaldi e que recebia de lá cerca de 700-800 exemplares. Segundo ele, a inclusão do panfleto sobre a greve havia sido um pedido da inter-sindical (conglomerado de todos os sindicatos do DF).

Na segunda apreensão de exemplares da *Tribuna*, em documento da 2ª Delegacia Policial da Asa Norte, de 28 de outubro de 1983, que encaminhava ao Superintendente da Polícia Federal de Brasília quatro presos por venderem a *Tribuna da Luta Operária*, constando também a apreensão de 111 exemplares do ano IV, n. 141, deste jornal. Eles foram presos pela PM, às 18h30, vendendo o jornal e conclamando os

¹³ Declaração está na documentação presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81014308

¹⁴ Órgão do PCdoB. Seu lançamento esvazia totalmente o *Movimento* (KUCINSKI, 2018, p. 194).

¹⁵ Os documentos sobre as duas apreensões estão no Arquivo Público do DF com o código de referência: BR DFARPDF SSP INF ENI 0658

populares para uma manifestação geral contra o decreto 2045/83, na plataforma superior da Estação Rodoviária de Brasília. Os vendedores alegam que só estavam anunciando a manchete do próprio jornal, “Cercos ao Congresso não salva o 2045”. Bruno ainda disse que também vendia o mesmo jornal na UnB e todos os vendedores defenderam que a aglomeração de pessoas foi pela ação policial e não pela venda dos jornais.

Os casos de apreensão dos jornais *Hora do Povo* e *Tribuna da Luta Operária* se relacionam de forma direta com os atentados às bancas de jornais. Chagas (2014) mostra que estes títulos estavam entre aqueles que eram perseguidos pelos grupos radicais de direita. Por isso, com a impossibilidade de vender os jornais nas bancas, a saída para parte destes veículos foi “apelar para campanhas de assinaturas, e ações de venda direta nas ruas ou através de ambulantes contratados, o que na prática tornou sua distribuição clandestina” (CHAGAS, 2014, p. 10).

6. Incinerações de exemplares da imprensa alternativa em Brasília

Greenhalgh (2020) mostra que no Arquivo Nacional é possível encontrar “uma série de documentos chamados Autos de Incineração, onde consta que o material cultural em poder da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e de suas sucursais pelo país foi queimado para diminuição do acúmulo nos depósitos destes órgãos públicos”. O autor ainda diz que sobre as incinerações que aconteceram em Brasília existem duas séries documentais referentes aos dois processos de queima de objetos culturais, um em 1973 e outro em 1977.

No primeiro processo de incineração só é possível conjecturar sobre a incineração de itens pertencentes à imprensa alternativa. Visto que, somente os 3.690 exemplares da revista *Veja*, n. 15, de 18 de dezembro de 1968, são descritos nominalmente. Contudo, a documentação ainda aponta a queima de 2.606 exemplares

de “Revistas em geral, de editoras diversas, apreendidas por estarem sendo vendidas em desacordo com as determinações da censura”¹⁶.

Já no segundo Auto de Incineração, consta que no dia 27 de janeiro de 1977, em incinerador presente no Aeroporto Internacional de Brasília, entre outros itens, foram queimados 216 exemplares do *Caderno de Opinião* n. 2, 219 exemplares do *Argumento* n. 1 e 450 exemplares do *Pasquim*, sem identificação do número¹⁷. Ou seja, ao menos três títulos da imprensa alternativa foram incinerados na capital federal neste processo. Pode-se inferir a partir destes processos que a apreensão de exemplares desta tipologia documental em Brasília foi ainda maior do que o que foi apresentado até aqui.

Baez (2006) reflete sobre os usos do fogo no contexto da destruição de livros de modo que suas percepções podem ser expandidas e aplicadas à destruição de bens culturais, como no caso de periódicos. Para o autor “se se queima o papel, a racionalidade intemporal deixa de ser racionalidade para se converter em cinzas”, de modo que, “ao destruir com fogo, o home brinca de ser Deus, dono do fogo da vida e da morte” (BAEZ, 2006, p. 26).

161

Apesar de no período da Ditadura Militar a queima destes periódicos não ter sido realizada em praça pública, como em outros momentos históricos nacionais e internacionais, ainda se preservava nestes atos a intencionalidade de supressão da circulação de informação e imposição de uma ideologia. Para Santos (2017, p. 85) estes episódios têm “o único propósito da supressão da cultura e da memória coletiva, objetivando a manipulação da sociedade, da liberdade de expressão e da diversidade de valores”. Neste sentido, a queima de exemplares da imprensa alternativa durante o governo militar tinha como propósito não só o de liberar espaço físico onde eram guardados, mas também de apagamento da informação e dos valores que eles vinculavam. Visto que, a aniquilação deste material pelo fogo impedia de modo definitivo que eles retornassem à apreciação da sociedade.

¹⁶ Documentação presente no AN com código de referência: BR DFANBSB NS.AGR.CDO.0001

¹⁷ Documentação presente no AN com código de referência: BR DFANBSB NS.AGR.CDO.0004

7. Considerações Finais

A partir da pesquisa aqui apresentada foi possível verificar que tanto a imprensa alternativa produzida em Brasília, quanto a que circulou nesta capital, conviveram de forma direta com a animosidade difusa do governo militar. Foram identificados casos de apreensão de exemplares de diversos títulos alternativos e de seus vendedores, o encerramento forçado de jornal estudantil, queima de exemplares apreendidos e atentados terroristas contra bancas de jornais.

Neste sentido, o presente trabalho soma-se aos esforços de observar e analisar a censura tanto pela perspectiva dos mecanismos de impedimento da produção da imprensa, quanto da repressão exercida sobre os veículos de comunicação buscando cercear a sua circulação.

Os fatos históricos aqui descritos a partir das fontes documentais analisadas reforçam a necessidade do aumento de estudos e produção científica sobre as questões que envolvem a publicação e circulação da imprensa alternativa em Brasília. Assim como, verifica-se a necessidade de ampliar o entendimento sobre o movimento estudantil da capital federal, de modo a contemplar também o estudo histórico das diversas formas de comunicação entre os alunos.

Referências

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas; SILVA, Lanna Paula Ramos da. Ditadura Militar (1964-1985): o movimento estudantil e a comunicação alternativa na Amazônia paraense. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 177-199, set./dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2954/9371>. Acesso em: 29 set. 2022.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CHAGAS, Vicktor. Um outro ângulo à liberdade de imprensa: os atentados às bancas de jornais durante a ditadura militar e a compreensão legislativa sobre a distribuição da imprensa escrita no Brasil. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 8, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21133>. Acesso em: 18 abr. 2020.

COMISSÃO Anísio Teixeira de Memória e Verdade. **Relatório**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: http://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

GREENHALGH, Raphael Diego. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, n.3, v.30, p. 1-15, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52231>. Acesso em: 10 set. 2022.

GURGEL, Antonio de Pádua. **Jornal da década de 70**. Vitória: Pro Texto, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2018.

LIMA, Alexandre Siqueira. **Primavera nos dentes: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadrinhos (1972-1973)**. 2017. 197 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24724>. Acesso em: 29 set. 2022.

MANCUSO, José Humberto. Imprensa alternativa: publicações que uniram corações e mentes. In: SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL (Coord.). **Jornalismo de Brasília: impressões e vivências**. Brasília: Lantana Comunicação, 1993.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MÜLLER, Angélica. Resistência do movimento estudantil e censura nos “anos de chumbo”. **Idéias**, Campinas, n. 1, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649302/15857>. Acesso em: 29 set. 2022.

REIS, Susana Azevedo; MUSSE, Christina Ferraz. “Bar Brazil”: Uma análise das edições do jornal estudantil de Juiz de Fora. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. Anais... Belo Horizonte: Intercom, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10171632-Bar-brazil-uma->



analise-das-edicoes-do-jornal-estudantil-de-juiz-de-fora-1.html. Acesso em: 29 set. 2022.

SANTOS, Josiel Machado. A bibliocastia como mecanismo de controle social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. 2, v. 13, p. 85-96, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/538>. Acesso em: 29 set. 2022.

SMITH, A.-M. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.